

## Artigo 35.º

**Deveres do motorista de táxi**

1 — Os deveres do motorista de táxi são os estabelecidos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 263/98, de 19 de Agosto.

2 — A violação dos deveres do motorista de táxi constitui contra-ordenação punível com coima, podendo ainda ser determinada a aplicação de sanções acessórias, nos termos do estabelecido nos artigos 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 263/98, de 11 de Agosto.

## CAPÍTULO VI

**Fiscalização e regime sancionatório**

## Artigo 36.º

**Entidades fiscalizadoras**

São competentes para a fiscalização das normas constantes do presente Regulamento a Direcção-Geral de Transportes Terrestres, a Câmara Municipal, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública.

## Artigo 37.º

**Contra-ordenações**

1 — O processo de contra-ordenações inicia-se oficiosamente mediante denúncia das autoridades fiscalizadoras ou de particular.

2 — A tentativa e a negligência são puníveis.

## Artigo 38.º

**Competência para aplicação das coimas**

1 — Sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades fiscalizadoras, pelos artigos 27.º, 28.º e 29.º, no n.º 1 do artigo 30.º e no artigo 31.º, bem como das sanções acessórias previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, constitui contra-ordenação, punível com coima de 30 000\$ a 90 000\$, a violação das seguintes normas do presente Regulamento:

- a) O incumprimento de qualquer dos regimes de estacionamento previstos no artigo 8.º;
- b) A inobservância das normas de identificação e características dos táxis referidas no artigo 5.º;
- c) A inexistência dos documentos a que se refere o n.º 3 do artigo 6.º;
- d) O abandono da exploração do táxi nos termos do artigo 30.º;
- e) O incumprimento do disposto no artigo 7.º

2 — O processamento das contra-ordenações previstas nas alíneas do número anterior compete à Câmara Municipal e a aplicação das coimas é da competência do presidente da Câmara Municipal.

3 — A Câmara Municipal comunica à Direcção-Geral de Transportes Terrestres as infracções cometidas e respectivas sanções.

## Artigo 39.º

**Falta de apresentação de documentos**

A não apresentação da licença de táxi, do alvará ou da sua cópia certificada no acto de fiscalização constitui contra-ordenação punível com a coima prevista para a alínea c) do n.º 1 do artigo anterior, salvo se o documento em falta for apresentado no prazo de oito dias à autoridade indicada pelo agente de fiscalização, caso em que a coima é de 10 000\$ a 50 000\$.

## CAPÍTULO VII

**Disposições finais e transitórias**

## Artigo 40.º

**Regime supletivo**

Aos procedimentos do concurso para atribuição das licenças são aplicáveis, subsidiariamente e com as necessárias adaptações, as normas dos concursos para aquisição de bens e serviços.

## Artigo 41.º

**Regime transitório**

1 — A obrigatoriedade de certificado de aptidão profissional prevista no n.º 1 do artigo 34.º do presente Regulamento é contada a partir de 1 de Janeiro de 2000, de acordo com o estabelecido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 263/98, de 19 de Agosto.

2 — A instalação de taxímetros prevista no n.º 1 do artigo 33.º do presente Regulamento, de acordo com o estabelecido no artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, e no artigo 6.º da Portaria n.º 277-A/99, de 15 de Abril, deve ser efectuada dentro do prazo de três anos contados da data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto.

3 — O início da contagem de preços através de taxímetro terá início simultaneamente em todas as localidades do município, dentro do prazo referido no número anterior e de acordo com a calendarização a fixar por despacho do director-geral de Transportes Terrestres.

4 — O serviço a quilómetro, previsto no artigo 27.º do Decreto n.º 37 272, de 31 de Dezembro de 1948, mantém-se em vigor até que seja cumprido o estabelecido nos números anteriores.

## Artigo 42.º

**Norma revogatória**

São revogadas todas as disposições regulamentares aplicáveis ao transporte em táxi que contrariem o estabelecido no presente Regulamento.

## Artigo 43.º

**Entrada em vigor**

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação.

Aprovado em reunião da Câmara Municipal de 28 de Maio de 2001.

18 de Junho de 2001. — O Presidente da Câmara, *António José de Oliveira Fonseca*.

**Edital n.º 307/2001 (2.ª série) — AP.** — Dr. António José de Oliveira Fonseca, presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra:

Torna público que a Câmara Municipal, em sua reunião de 18 de Junho de 2001, deliberou, revogar a deliberação de 12 de Fevereiro de 2001, que tinha aprovado a proposta de alteração ao Regulamento das Piscinas Municipais e anular o procedimento de inquérito público, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, apêndice n.º 70, de 4 de Junho de 2001.

Para constar e devidos efeitos se lavrou o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

E eu, *Amélia de Matos Tavares Gomes*, chefe da Repartição Financeira, em regime de substituição, chefe da Divisão Administrativa e Financeira, o subscrevi.

19 de Junho de 2001. — O Presidente da Câmara, *António José de Oliveira Fonseca*.

**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE**

**Aviso n.º 5955/2001 (2.ª série) — AP.** — *Revisão do Plano Director Municipal de Vila do Conde.* — A Câmara Municipal de Vila do Conde torna público que, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 74.º e 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, deliberou iniciar o processo de revisão do actual Plano Director Municipal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/95, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, de 12 de Setembro de 1995, com os seguintes prazos de elaboração:

- 1.ª fase — publicitação e participação — 3 meses;
- 2.ª fase — elaboração — 18 meses;
- 3.ª fase — concertação — 6 meses;
- 4.ª fase — discussão pública e ponderação dos resultados — 6 meses;
- 5.ª fase — elaboração da proposta final — 6 meses;
- 6.ª fase — aprovação, ratificação e publicação — 12 meses.

De acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 77.º do referido decreto-lei, decorrerá por um período de 30 dias a contar da data de publicação do presente aviso em *Diário da República*, em que os interessados poderão formular sugestões, bem como apresentar informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de revisão.

As sugestões ou informações acima referidas deverão ser apresentadas por escrito, incluindo a identificação do interessado, convenientemente fundamentadas, e sempre que seja necessário, acompanhadas de planta de localização, devendo ser entregues na repartição dos serviços técnicos desta autarquia, no período acima referido, durante o horário de expediente.

27 de Junho de 2001.

## CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE PAIVA

**Aviso n.º 5956/2001 (2.ª série) — AP.** — *Celebração de contrato de trabalho a termo certo.* — Torno público que, por meu despacho de contratação de 23 de Maio do ano em curso, foi celebrado em 1 de Junho, e com efeitos desde a mesma data, contrato de trabalho a termo certo, válido por um ano, tácita e sucessivamente renovável até ao máximo de três anos, com Ana Isabel de Jesus Alves, na categoria de técnico superior de 2.ª classe de serviço social (escalon 1, índice 400), da carreira técnica superior, do grupo de pessoal técnico superior, com fundamento na alínea e) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, para desempenhar funções nos Serviços de Saúde e Acção Social. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, ao abrigo do artigo 114.º, n.º 3, alínea g), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

20 de Junho de 2001. — O Presidente da Câmara, *Carlos Fernando Diogo Pires*.

**Aviso n.º 5957/2001 (2.ª série) — AP.** — *Celebração de contrato de trabalho a termo certo.* — Torno público que, por meu despacho de contratação de 23 de Maio do ano em curso, foi celebrado em 1 de Junho, e com efeitos desde a mesma data, contrato de trabalho a termo certo, válido por um ano, tácita e sucessivamente renovável até ao máximo de três anos, com Margarida Sofia de Matos Dias, na categoria de técnico superior de 2.ª classe de psicologia (escalon 1, índice 400), da carreira técnica superior, do grupo de pessoal técnico superior, com fundamento na alínea e) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, para desempenhar funções nos Serviços de Saúde e Acção Social. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, ao abrigo do artigo 114.º, n.º 3, alínea g), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

20 de Junho de 2001. — O Presidente da Câmara, *Carlos Fernando Diogo Pires*.

**Aviso n.º 5958/2001 (2.ª série) — AP.** — *Celebração de contrato de trabalho a termo certo.* — Torno público que, por meu despacho de contratação de 23 de Maio do ano em curso, foi celebrado em 1 de Junho, e com efeitos desde a mesma data, contrato de trabalho a termo certo, válido por um ano, tácita e sucessivamente renovável até ao máximo de três anos, com José Carlos Duarte Carvalho, na categoria de assistente administrativo (escalon 1, índice 191), da carreira de assistente administrativo, do grupo de pessoal administrativo, com fundamento na alínea e) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, para desempenhar funções nos Serviços de Saúde e Acção Social. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, ao abrigo do artigo 114.º, n.º 3, alínea g), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

20 de Junho de 2001. — O Presidente da Câmara, *Carlos Fernando Diogo Pires*.

## CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

**Aviso n.º 5959/2001 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho da presidência de 10 de

Abril de 2001, foi celebrado contrato a termo certo, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com início em 16 de Abril de 2001 e termo em 15 de Abril de 2003, com o indivíduo a seguir indicado e para a categoria que se menciona:

Auxiliar de serviços gerais:

Fernando José de Jesus.

(Isento de visto do Tribunal de Contas.)

6 de Junho de 2001. — O Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, *Manuel José dos Mártires Rodrigues*.

**Editais n.º 308/2001 (2.ª série) — AP.** — António Maria Farinha Murta, presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António:

Torna público que, por deliberação tomada em reunião ordinária realizada em 20 de Junho de 2001 e nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, durante o período de 30 dias, a contar da data da publicação do presente edital no *Diário da República*, é submetido a inquérito público o projecto de Regulamento do Horário de Trabalho da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, durante o qual poderá ser consultado na secretaria desta Câmara Municipal, durante as horas normais de expediente, e sobre ele serem formuladas, por escrito, as observações tidas por conveniente, dirigidas ao presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

O inquérito público consiste na recolha de observações ou sugestões que os interessados queiram formular sobre o conteúdo daquele projecto de regulamento.

21 de Junho de 2001. — O Presidente da Câmara, *António Maria Farinha Murta*.

## Projecto de Regulamento do Horário de Trabalho da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

### SECÇÃO I

#### Âmbito e princípios gerais

##### Artigo 1.º

##### Âmbito

O presente Regulamento é aplicável a todo o pessoal que exerce funções na Câmara Municipal de Vila Real de Santo António (CMVRSa).

##### Artigo 2.º

Duração semanal do trabalho A duração semanal do trabalho é fixada no Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto.

##### Artigo 3.º

##### Isenção de horário

O pessoal dirigente, os chefes de secção e o pessoal de categorias legalmente equiparadas estão isentos de horário.

##### Artigo 4.º

##### Dispensa de marcação de ponto

Pode ainda ser dispensado da marcação de ponto o pessoal nominalmente indicado pelo presidente da CMVRSa.

##### Artigo 5.º

##### Deveres de assiduidade e de pontualidade

1 — O pessoal não abrangido pela isenção de horário deve comparecer regularmente ao serviço e cumprir o horário resultante do presente Regulamento, não podendo ausentar-se, salvo nos termos e pelo tempo autorizados pelo respectivo superior hierárquico.